



Sindicato dos Oficiais de Justiça

O SOJ, como é do conhecimento geral, tem acompanhado com alguma preocupação a Proposta de LOFTJ, vulgo “**Mapa Judiciário**”.

A Proposta do Governo é seguramente uma das piores que um Governo legitimado democraticamente poderia apresentar como “estruturadora” para o funcionamento de um órgão de soberania como são “os tribunais”.

Assim, o SOJ respondeu à proposta inicial tendo por objectivo o seu melhoramento. O Governo pouco alterou no entanto a proposta que havia apresentado.

Perante tal facto, o SOJ reuniu com os Grupos Parlamentares junto da Assembleia da República, mostrando a sua discordância em relação à proposta e alertando para alguns aspectos que considerava menos positivos.

A nossa preocupação perante um diploma que consideramos negativo para a arquitectura dos “tribunais”, levou a que fôssemos a única entidade (excepção foi o Tribunal da Relação de Évora), presente aquando da discussão na generalidade, dessa Proposta de Lei.

Foi pois com naturalidade que recebemos o convite para sermos ouvidos na Assembleia da República, pela 1ª Comissão Parlamentar dos Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e aí estivemos defendendo a nossa posição.